



***FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE DA DISCIPLINA
"GÊNERO, RAÇA/ETNIA E POLÍTICA SOCIAL" EM UMA UNIVERSIDADE
FEDERAL***

***FORMACIÓN EN TRABAJO SOCIAL: UN ANÁLISIS DE LA
ASIGNATURA "GÉNERO, RAZA/ETNIA Y POLÍTICA SOCIAL" EN UNA
UNIVERSIDAD FEDERAL***

***SOCIAL WORK EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE COURSE
"GENDER, RACE/ETHNICITY AND SOCIAL POLICY" AT A FEDERAL
UNIVERSITY***

Dyana Helena de Souza¹

Carolina Alves Leite²

Lucélia Luiz Pereira³

Stephany Cecília Rocha Damasceno⁴

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a inserção do componente curricular que aborda as relações sociais de classe, raça/etnia e sexualidade na graduação em Serviço Social. Discute-se a implementação da disciplina "Gênero, Raça/Etnia e Política Social" na UnB, evidenciando sua relevância na formação crítica dos/das futuros/as assistentes sociais, conforme estabelecido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Foi realizada análise documental dos Planos de Ensino da disciplina dos anos de 2017, 2018, 2019, 2022 e 2024, sendo empregada a técnica de "nuvem de palavras" para identificar os conteúdos temáticos e o referencial teórico utilizados. A disciplina se alinha ao projeto ético-político do Serviço Social, constituindo-se como espaço de resistência ao conservadorismo e de afirmação da função social transformadora da universidade. Sua linguagem combativa e seu compromisso com a desnaturalização das opressões apontam

¹ Mestre em Saúde Coletiva. Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

² Mestre em Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

³ Doutora em Ciências da Saúde. Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

⁴ Mestre em Política Social. Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil

para uma universidade que resiste ao conservadorismo e reafirma sua função social transformadora.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Diretrizes Curriculares. Políticas Sociais. Interseccionalidade.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la incorporación del componente curricular que aborda las relaciones sociales de clase, raza/etnia y sexualidad en la carrera de Trabajo Social, discutiendo la implementación de la asignatura “Género, Raza/Etnia y Política Social” en la UnB, destacando su relevancia en la formación crítica de los/as futuros/as asistentes sociales, conforme a lo establecido por la Asociación Brasileña de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social. Se realizó un análisis documental de los Planes de Enseñanza de la asignatura de los años 2017, 2018, 2019, 2022 y 2024, utilizando la técnica de “nube de palabras” para identificar los contenidos temáticos y el marco teórico empleados. La asignatura se alinea con el proyecto ético-político del Trabajo Social, constituyéndose como un espacio de resistencia al conservadurismo y de afirmación de la función social transformadora de la universidad. Su lenguaje combativo y su compromiso con la desnaturalización de las opresiones apuntan hacia una universidad que resiste al conservadurismo y reafirma su función social transformadora.

PALABRAS-CLAVE: Trabajo Social. Directrices Curriculares. Políticas Sociales. Interseccionalidad.

ABSTRACT

This article aims to analyze the inclusion of the curricular component that addresses the social relations of class, race/ethnicity, and sexuality in the undergraduate Social Work program, discussing the implementation of the course “Gender, Race/Ethnicity and Social Policy” at UnB, highlighting its relevance to the critical education of future social workers, as established by the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work. A document analysis was carried out on the Teaching Plans of the course for the years 2017, 2018, 2019, 2022, and 2024, using the "word cloud" technique to identify the thematic content and theoretical framework used. The course aligns with the ethical-political project of Social Work, serving as a space of resistance to conservatism and affirmation of the university's transformative social role. Its combative language and commitment to denaturalizing oppression point to a university that resists conservatism and reaffirms its transformative social function.

KEYWORDS: Social Work. Curriculum Guidelines. Social Policies. Intersectionality.

Introdução

Este artigo analisa a inserção do componente curricular que aborda as relações sociais de classe, raça/etnia, sexualidade na graduação em Serviço Social, conforme estabelecido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Para tal, está organizado em duas seções. A primeira discute as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a formação em Serviço Social no Brasil e a exigência de conteúdos sobre essas temáticas. A segunda analisa a construção e implementação da disciplina "Gênero, Raça/Etnia e Política Social" na Universidade de Brasília (UnB), evidenciando sua relevância na formação crítica dos(as) futuros(as) assistentes sociais. A partir disso, foi realizada análise documental (Mônica Senna; Luciene Burlandy, 2024) dos Planos de Ensino da disciplina ofertada nos anos de 2017, 2018, 2019, 2022 e 2024.

A formação em Serviço Social fundamenta-se no Projeto Ético-Político da profissão, consolidado pelo Código de Ética Profissional de 1993 e pela Lei n.º 8.662 de 1993. Um marco importante nesse processo foi a aprovação das Diretrizes Curriculares (DCs) do curso em 1996, fruto de um debate coletivo promovido pela ABEPSS, que definiu os princípios orientadores da capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Em 2014, a ABEPSS reforçou a necessidade de aprofundamento das discussões sobre exploração e opressão de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade e geração no currículo do Serviço Social, recomendando a inclusão desses conteúdos de forma transversal no processo formativo.

Antes de adentrar ao tema proposto, é necessário contextualizar a conjuntura brasileira e as contrarreformas no período dos Governos Temer e Bolsonaro, bem como os impactos na política de educação. Esse cenário caracteriza-se em contrarreformas por meio da diminuição dos gastos estatais com políticas públicas universais; agravamento da precariedade e da insegurança no trabalho; e, abertura de novos espaços de investimentos para o capital privado, com impactos em políticas sociais como saúde, educação e previdência social (Felipe Demier, 2017, p.40).

No governo golpista de Temer a “democracia liberal brasileira se converte, finalmente, num arranjo político voltado centralmente para a retirada de direitos democráticos” (Demier, 2017, p. 98) e à centralidade da plataforma neoliberal. Algumas medidas contrarreformistas podem ser mencionadas, como a Emenda Constitucional (EC) n. 93 e n. 95 de 2016, também conhecida como PEC da Morte, “que tratam, da prorrogação até 2023 e elevação do percentual da Desvinculação das Receitas da União (DRU) de 20% para 30% sobre o orçamento da seguridade social e do novo regime fiscal, que congela por 20 anos o teto das despesas primárias” (Maria Lúcia Silva, 2021, p.2); a contrarreforma trabalhista (Lei 13.467/2017), com o enfraquecimento das centrais sindicais; incentivo à terceirização e precarização das relações de trabalho.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, o cenário de barbárie se estendeu, com o avanço da ideologia conservadora, da extrema direita, com forte apoio da bancada do Boi, da

Bala e da Bíblia (Bancada BBB). Foram frequentes os ataques às mulheres, à população LGBTQIAPN+, aos povos indígenas e à população negra, aos servidores públicos; à democracia e à Seguridade Social. Prevaleceu uma política de ódio, destruição e genocídio (Marcelo Mattos, 2020). Nesse cenário de aviltamento das políticas sociais, estas passaram a ser gerenciadas pela iniciativa privada, com pautas hierarquizadas e gerência da pobreza pela burguesia, a partir de uma lógica de caridade e beneficência pública. Destaca-se o abandono, sobretudo orçamentário, das pastas de direitos humanos, gênero, raça e etnia geridas pelo Governo Federal (Silva, 2021; Mattos, 2020; Demier, 2027).

Na Saúde, a gestão do governo Bolsonaro enfrentou a pandemia com disseminação de *fake news* (Mattos, 2020), incentivando o tratamento precoce sem comprovação científica de eficácia e desrespeitando as medidas de distanciamento social. O então presidente debochou de vítimas da COVID-19 que morreram sem acesso a oxigênio. Além disso, Bolsonaro explicitamente defendeu a ditadura militar, os torturadores e estupradores do regime golpista; bem como defendeu a flexibilização do porte e posse de armas de fogo. Em fotos com “apoiadores”, diversas vezes fez gestos com a mão, como se estivesse segurando uma metralhadora, inclusive, colocando crianças, em seu colo, para fazerem o mesmo gesto.

Caracterizando as marcas neofascista e ultraneoliberal do Governo Bolsonaro, Silva (2021) estuda o movimento de extrema-direita que ganhou força após o golpe de 2016 e com as eleições em 2018. Junto a isso, o governo Bolsonaro propõe um programa ultraliberal com incentivo a privatizações; e alinha-se/submete-se ao império norte-americano; apologia à violência policial, pena de morte, redução da maioridade penal; distribuição de armas à população (Silva, 2021; Mattos, 2020).

A política de educação sofreu diversos ataques, como por exemplo, por meio do Projeto de Lei do Programa Escola Sem Partido (PL n. 867/2015) (Mattos, 2020; Demier, 2017), que tenta alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Somado à perseguições, Demier (2017) relembra que “Dando a tônica da censura em curso no país, o programa Escola Sem Partido não expressa senão a supressão da liberdade pedagógica, do direito de expressão, de opinião e do próprio direito de pensar coletivamente” (p.102). E,

Depois de já terem aprendido, na prática, a lição de que manifestar-se nas ruas contra Temer é crime, estudantes e professores do Colégio Pedro II souberam, logo, depois, que também afixar cartazes com dizeres contra o governo golpista é passível de notificação (ordenando

a retirada) pelo Ministério Público, aquele mesmo cujos doutos procuradores confundem Hegel com Engels e forjam suas convicções a partir de *powerpoints*. Em fins de 2016, o TRE acolheu denúncia de que professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) realizavam “lavagem cerebral” em seus alunos, supostamente obrigando-os a gritar “Fora Temer”. De pronto, os imparciais juízes eleitorais ordenaram à reitoria da universidade que coibisse qualquer tipo de “propaganda política” no interior dos campi (...) (Demier, 2017, p.102).

Outros projetos de lei foram apresentados com o objetivo de alterar a LDB, como o PL n. 1859/2015, que propõe “a proibição de adoção de formas tendentes à aplicação de ideologia de gênero ou orientação sexual na educação”. A justificativa apresentada alega que haveria uma imposição de uma ideologia de gênero nas escolas, com o intuito de promover uma suposta doutrinação de sexualidade em crianças e adolescentes (Mattos, 2020). O próprio texto do projeto chega a listar autores e autoras considerados como ameaças aos valores familiares, entre eles Judith Butler, Karl Marx e Friedrich Engels, acusados de fomentar a destruição da família.

A partir de 2019, aumentaram os cortes de recursos para setores como a saúde e educação. Também foram intensificadas “perseguições políticas e ataques a militantes de esquerda, destruição de espaços de decisão coletiva, como os conselhos de direitos e de políticas, conferências” (Silva, 2021, p. 03). Os ataques à educação continuaram com Bolsonaro declarando publicamente que “os jovens no Brasil têm tara pelo ensino superior”. Foram inúmeras difamações a Paulo Freire e ameaças a docentes que foram perseguidos nas universidades, sendo ameaçados por disseminarem uma suposta narrativa de “doutrinação comunista” (Mattos, 2020). Como ministro da educação, Abraham Weintraub contribuiu com a intenção da gestão em promover o fracasso da educação no país, e “promoveu o bloqueio das verbas e cortou bolsas de estudos de estudantes em todas as modalidades de ensino” (Luana Soares; Thaís Novaes, 2020, p. 30).

Diante do cenário de barbárie apresentado, precisamos evidenciar as práticas educativas e de resistência que não se calaram frente aos retrocessos dos últimos anos e que têm em suas bases a promoção da justiça social e a defesa dos direitos humanos, como a proposta de formação presente nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação em Serviço Social no Brasil

O projeto profissional do Serviço Social está vinculado a um projeto societário comprometido com a superação das relações de exploração e dominação de classe, etnia e gênero (José Paulo Netto, 1999). Essa vinculação ganhou materialidade nas

regulamentações que orientam a formação profissional, destacando-se a aprovação das Diretrizes Curriculares (DCs) para os cursos de Serviço Social, em 1996, elaboradas pela ABEPSS. A formulação dessas diretrizes representou um marco político-pedagógico construído coletivamente com a categoria profissional, coincidindo também com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Alzira Maria Lewgoy; Ana Lúcia Maciel, 2016).

As Diretrizes Curriculares reafirmam o Serviço Social como uma profissão de caráter interventivo, cujo objeto é a questão social, compreendida em sua inserção nas contradições próprias da sociabilidade capitalista. É por meio dessa relação que um conjunto de fatores influenciará o seu processo de trabalho. Os princípios e diretrizes da formação profissional estabelecem uma base comum em âmbito nacional, para abarcar os cursos de graduação, sendo que cada Instituição de Ensino Superior, elabora “suas matrizes curriculares e delineiam seus projetos políticos pedagógicos (Talles Willyan Moreira; Leslieane Caputi, 2016, p. 109)”.

A nova lógica Curricular passa por um projeto de formação, relacionado a “um conjunto de conhecimentos indissociáveis (ABEPSS, 1996, p. 8)”, que são os Núcleos de Fundamentação: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2- Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, e 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. As DCs reafirmam a questão social como indissociável da sociabilidade capitalista e que envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. As suas múltiplas expressões são responsáveis por desigualdades “mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais (Iamamoto, 2014, p.618)”.

Nessa direção, a ABEPSS coordena e articula o projeto de formação no âmbito da graduação e pós-graduação, atuando em diversas ações nacionais, como por exemplo: elaboração da Política Nacional de Estágio, o Projeto ABEPSS Itinerante, Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, edição da Revista Temporalis, entre outras. Destaca-se seu protagonismo na promoção e defesa das ações afirmativas na pós-graduação na área em todo o território nacional, e criação em 2017 da Comissão de Trabalho para fomentar a discussão sobre cotas nos programas de pós-graduação. Outra frente de lutas tem sido a atuação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, feminismos e relações de raça/etnia, gênero, sexualidade e classe social”, criado em 2010. Representando um grande marco teórico-político, o GTP conta com a participação

de pesquisadoras/es de diferentes universidades que articularam uma série de atividades para introjetar a temática em torno da categoria profissional (ABEPSS, 2015).

Rayane Oliveira (2023) aponta que, historicamente, a categoria profissional impôs resistências à incorporação das discussões de gênero e sexualidades, raça e etnia ao conjunto teórico-metodológico. A autora observa que a predominância de interpretações marxistas economicistas promoveu uma certa “blindagem teórico-metodológica”, centrando o debate de classes em detrimento das dimensões materiais de gênero, sexualidades e raça/etnia ligadas ao capitalismo. Esse cenário não repercutiu apenas no campo do Serviço Social, foi perpetrado por uma geração de intelectuais e ativistas de esquerda. Embora a categoria estivesse atenta ao combate às formas de preconceito, internamente contrariou-se ao pluralismo (Oliveira, 2023).

Apesar de um avanço na produção acadêmica, sobretudo entre 2010 e 2021, a incorporação das temáticas de gênero, raça e etnia ainda enfrenta desafios concretos no âmbito da formação profissional. A pesquisa de Juliana Marta Oliveira (Oliveira, 2017) demonstrou que, entre 24 Instituições Federais de Ensino Superior analisadas, apenas 55% oferecem disciplinas sobre a temática raça-etnia, sendo a maior parte delas optativas. Isso evidencia um cenário de não implementação da obrigatoriedade de componentes curriculares que abordem a questão étnico-racial.

Nesse sentido, as normativas institucionais indicadas pelo GTP (ABEPSS, 2015), pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004), bem como pela série de cartilhas do CFESS intituladas *Assistentes sociais no combate ao preconceito*, representam avanços importantes que devem ser observados e efetivamente incorporados aos currículos de todos os cursos de Serviço Social no Brasil (CFESS, 2016).

Um exemplo dessa implementação parcial é o currículo da Escola de Serviço Social (ESS) da UFRJ, que, em 2018, passou a ofertar como núcleo temático “Relações étnico-raciais e de gênero: elementos para pensar a questão social e política social à brasileira”. Antes disso, a questão étnico-racial era abordada apenas na disciplina obrigatória “Identidades Culturais e Serviço Social”, condensada no módulo “mito da democracia racial”, enquanto a temática de gênero já contava com disciplina obrigatória (Gisele Moraes, 2018).

Diante dos desafios postos pela conjuntura contemporânea marcada pela intensificação da ofensiva conservadora, pela mercantilização da educação e pela

precarização do ensino, torna-se imprescindível reafirmar a centralidade de uma formação profissional crítica e comprometida com a justiça social. É nesse terreno contraditório que se inscrevem as diretrizes curriculares do Serviço Social, ao incorporar os debates sobre as múltiplas formas de exploração e opressão, e, ao fomentar práticas pedagógicas que dialoguem com os movimentos sociais e com projetos contra-hegemônicos.

Assim, projetam-se formas de resistência e de defesa da vida e dos direitos, que apontam para novas formas de sociabilidade (Iamamoto, 2014). A próxima seção se debruça sobre a análise documental da disciplina “Gênero, Raça/Etnia e Política Social”, optativa no Departamento de Serviço Social da UnB, cuja proposta pedagógica materializa parte desses compromissos formativos.

Práticas educativas e de resistências no Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília

A formação profissional em Serviço Social, no Brasil, tem sido atravessada por disputas em torno de seu projeto formativo. A disciplina "Gênero, Raça/Etnia e Política Social", ofertada pela Universidade de Brasília desde 2017, emerge como expressão de uma dessas disputas. Com caráter optativo, ela é vinculada ao Departamento de Serviço Social, mas possui matrícula aberta a discentes de outros cursos de graduação. Sua proposta pedagógica se ancora em temas que se articulam a partir de uma perspectiva crítica e interseccional, tais como patriarcado, feminismo, teoria feminista negra, gênero, raça, classe social, interseccionalidade, colonialismo, racismo estrutural, racismo institucional, branquitude, diversidade sexual, LGTBcídio, necropolítica, genocídio antinegro, epistemicídio, política social, movimentos sociais negros e indígenas, bem-viver, povos e comunidades tradicionais, racismo ambiental, justiça climática, educação emancipatória, resistência acadêmica, formação política e crítica às opressões no capitalismo periférico.

A análise documental dos planos de ensino, bem como do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) permite problematizar não apenas os conteúdos abordados, mas também a estrutura curricular e os sentidos atribuídos à formação em Serviço Social na UnB. O PPC apresenta a ementa da disciplina com a seguinte proposta:

Conceitos e definições de gênero, raça, etnia, classe social: suas interseccionalidades. Incorporação das questões de Gênero e de Raça no desenvolvimento do *Welfare State*: as experiências europeias e norte americana. Movimentos de mulheres e raciais e a participação política.

As convenções internacionais e o combate a discriminação de gênero e raça. Avanços conceituais e políticos do emprego das categorias de gênero e raça/etnia no campo das políticas sociais: relações de gênero e raça/etnia na gestão pública contemporânea. Institucionalidade de Gênero e Raça no mundo e no Brasil: emergência dos organismos de políticas transversais. As políticas sociais setoriais e as políticas transversais (Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da UnB, 2011, p. 106).

Foram realizadas análises documentais dos Planos de Ensino, correspondentes aos anos de 2017, 2018, 2019, 2022 e 2024. Os planos referentes aos anos de 2021 e 2023 não foram incluídos na análise devido a não disponibilização pela universidade dentro do prazo necessário para este estudo. Já em 2020, a disciplina não foi ofertada em decorrência da suspensão de atividades presenciais provocada pela pandemia de COVID-19. Para destacar as recorrências e ênfases temáticas presentes nas unidades e nos temas abordados, foi empregada a técnica “nuvem de palavras” (Ana Flávia Alves *et al.*, 2025) com base nos conteúdos descritos nos planos. Essa ferramenta visual permite evidenciar os conceitos e categorias mais frequentes no desenvolvimento da disciplina.

FIGURA 1: Nuvem de palavras com os principais temas abordados na disciplina



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

Em relação aos procedimentos didáticos e metodológicos adotados ao longo dos anos analisados, observou-se a organização da disciplina por meio de aulas expositivas com participação dos/as estudantes e leitura prévia dos textos pela turma; debate com

documentários sugeridos, como o “Projeto Memória - Lélia Gonzalez: o feminino negro no palco da história”; apresentação oral dos/as estudantes a partir da elaboração de resenha críticas; mapeamento dos espaços coletivos e de políticas públicas de enfrentamento às desigualdades de gênero e raça no Distrito Federal; dinâmicas/trabalhos em grupo durante as aulas e a participação de convidados/das.

Em 2018, 2019, 2022 e 2024 a programação das aulas incluiu a participação de convidadas/os indígenas; Iyalorixás, representantes de movimentos estudantis de estudantes negros/negras e indígenas; e de profissionais que trabalham com políticas públicas a partir da interseccionalidade.

A metodologia baseada em diálogo, dinâmicas, debates com convidadas/os e leitura prévia dos textos, pretendia criar um espaço formativo para além da transmissão de conteúdo. Um dos projetos finais da disciplina, como em 2018, foi voltado à análise de uma política social, a partir de fundamentos de gênero e raça/etnia, sendo um exercício de aplicação crítica do conteúdo e formação política das e dos estudantes. Proposta semelhante foi feita no plano de ensino de 2024. Em tempos de crise democrática e deslegitimação das universidades, essa proposta reforça o papel da educação superior como trincheira de resistência.

Os planos de ensino analisados da disciplina “Gênero, Raça/Etnia e Política Social” da Universidade de Brasília, emergem num momento particularmente sensível da conjuntura brasileira, com destaque para os planos de 2017 e 2018. Após o golpe institucional de 2016, que resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff da presidência e na ascensão de Michel Temer ao poder, o país vivia um processo de desmonte das políticas sociais e de enfraquecimento das instituições democráticas. Esse contexto foi marcado por um recrudescimento das pautas conservadoras, pela criminalização das discussões e manifestações que abordassem gênero e por ataques constantes aos estudos sobre gênero, raça, etnia e sexualidade, especialmente no campo educacional.

É nesse cenário que os planos de ensino se inscrevem como instrumentos de resistência intelectual e pedagógica (Almeida, 2011), buscando enfrentar a hegemonia epistêmica e trazendo conteúdos e saberes construídos por autoras/es negras/os e indígenas que possam garantir uma formação mais plural e diversa. O conteúdo assume um posicionamento político claro e fundamentado na crítica social, reconhecendo a centralidade das relações de poder na constituição das políticas sociais brasileiras. A disciplina se propõe a analisar as políticas sociais, a partir de um viés interseccional, comprometido com a desconstrução das opressões de gênero, raça e classe.

A metodologia adotada é coerente com a proposta pedagógica emancipatória: há incentivo à produção coletiva, à reflexão crítica e ao engajamento político dos e das estudantes. A disciplina é concebida não apenas como espaço de aprendizagem técnica, mas como lugar de formação política, ética e epistemológica. Assim, pode ser compreendida como uma resposta contundente à tentativa de silenciamento das vozes dissidentes na universidade pública, constituindo-se como um ato pedagógico de resistência frente ao avanço do neoconservadorismo.

A bibliografia reforça essa perspectiva crítica, ancorando-se em autoras/es que tensionam o pensamento hegemônico, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Angela Davis, Patricia Hill Collins e bell hooks. Esses nomes representam uma potência no campo da teoria feminista negra e da crítica social contemporânea, promovendo um debate ancorado nas experiências das mulheres negras e na crítica à branquitude como estrutura de poder. Além disso, os conteúdos abordados aprofundam a análise da construção social das hierarquias, da colonialidade do poder e da necropolítica, apontando para o modo como o Estado brasileiro reproduz violências históricas contra corpos subalternizados.

FIGURA 2: Nuvem de palavras representando as/os principais autoras e autores discutidos na disciplina



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

As unidades e temas das aulas analisadas, apresentam um marco teórico consistente, ancorado na crítica à neutralidade da política social. Gênero, raça e classe são tratados

como estruturas constitutivas das desigualdades no capitalismo periférico brasileiro, e não como categorias meramente descritivas. Os textos selecionados articulam perspectivas marxistas e de feministas negras, rompendo com a tradição liberal do feminismo hegemônico e branco.

A escolha desses referenciais expressa um compromisso com saberes insurgentes e com a denúncia de que as políticas sociais são campos de contradição, por também se fundamentarem como instrumentos de reprodução de desigualdades racistas e generificadas. A política social, portanto, é apresentada como campo de disputa, e não como neutra. Débora Ramos (2016), por sua vez, contribui com um olhar específico do Serviço Social, evidenciando como a branquitude estrutura a própria concepção de questão social no Brasil. Tais contribuições são fundamentais em um cenário de fortalecimento da supremacia branca simbólica e política com o avanço da retórica bolsonarista, marcada por ataques ao movimento negro e indígena.

Em tempos de retrocessos e de deslegitimação dos movimentos sociais, essas leituras assumem um papel formativo insurgente para o Serviço Social: formar profissionais capazes de reconhecer a luta negra como elemento fundante de qualquer projeto ético-político democrático e emancipatório.

Também, os textos de Teresa Kleba Lisboa (2010) e Joilson Marques Júnior (2007) aproximam o debate da prática do Serviço Social, evidenciando os desafios históricos da profissão em incorporar as questões de gênero e raça de forma crítica. Diante do avanço do conservadorismo, um dos, senão o principal inimigo da profissão, reafirma a interseccionalidade como eixo formativo e político, comprometido com a justiça social e a transformação das políticas públicas.

A presença de bell hooks (2015) e Lélia Gonzalez (1984), em praticamente todos os planos de ensino, insere o feminismo negro como eixo central do debate, deslocando o feminismo branco eurocentrado como paradigma exclusivo. Em um país marcado pelo racismo, essa abordagem assume caráter contracolonial e descolonizador, algo ainda mais significativo em 2018, quando os discursos racistas do então candidato Jair Bolsonaro reavivavam ideologias supremacistas e colonialistas. Gonzalez, em especial, ao tratar do “racismo e sexismo na cultura brasileira”, antecipou com precisão os dispositivos culturais e institucionais que se radicalizariam sob o governo vindouro.

Um destaque importante nos planos de ensino de 2018, 2022 e 2024 é a inclusão das populações indígenas e ciganas no debate, uma evidência da ampliação do escopo analítico da disciplina. A escuta de vozes indígenas e a presença de pesquisadoras

convidadas revelaram o compromisso do curso com práticas pedagógicas antirracistas e descoloniais. Para abordar a articulação entre os marcadores sociais da diferença e o campo das políticas sociais, o plano de ensino de 2018, contou com participação da convidada professora Fran Demétrio da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), pesquisadora transsexual e referência na luta contra a transfobia acadêmica.

Essa abordagem é particularmente relevante no contexto de 2018, ano em que os debates sobre “ideologia de gênero” e “cura gay” ganharam centralidade nos discursos conservadores e nas campanhas eleitorais. A insistência em visibilizar a LGBTQIAfobia e as violências de gênero demonstram a recusa das e dos docentes em ceder ao apagamento dessas experiências, inclusive dentro da universidade. Assim, a disciplina se reafirmou como espaço formativo e político, fortalecendo a capacidade de análise crítica das e dos discentes diante das múltiplas formas de opressão.

A discussão sobre a exploração e opressão de classe, gênero, raça/etnia e sexualidade encontra respaldo na formulação ética da profissão. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) produziu a série de cadernos intitulada *Assistentes sociais no combate ao preconceito*, com o objetivo de orientar e estimular a categoria a desenvolver uma compreensão crítica sobre as múltiplas expressões do preconceito e das discriminações presentes no cotidiano profissional (CFESS, 2016).

Nesse cenário, o enfrentamento a essas opressões é afirmado como uma exigência ética e política, sobretudo diante da intensificação do conservadorismo, das violações de direitos humanos e da criminalização da pobreza. Esse posicionamento se articula a diversas publicações do CFESS, enfatizando a atuação direta das/dos assistentes sociais na viabilização de direitos às pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas refugiadas, população indígena e quilombola, pessoas transsexuais e travestis, pessoas privadas de liberdade, entre outros grupos.

Torna-se necessário refletir sobre as repercussões concretas que a disciplina analisada pode produzir na práxis profissional. A inserção desse conteúdo no currículo contribui para a articulação entre teoria e prática no exercício do Serviço Social, ampliando as possibilidades de uma atuação crítica, ética e comprometida com a transformação social. Os temas abordados nos planos de ensino analisados neste artigo dialogam com as três dimensões da prática profissional — teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política — e com a intervenção cotidiana das/os assistentes sociais em diferentes políticas públicas. Destacam-se serviços públicos como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados em

Assistência Social (CREAS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades Básicas de Saúde (UBS), escolas da educação básica, universidades e institutos federais, e, unidades do sistema socioeducativo.

A presença da disciplina, ainda que como componente optativo, constitui um espaço pedagógico estratégico para o fortalecimento de uma formação profissional crítica e para a consolidação de uma práxis comprometida com a justiça social. Ela fomenta a apropriação de ferramentas analíticas e interventivas que favorecem a defesa de direitos, a emancipação humana e a construção de uma sociabilidade antirracista, antipatriarcal e anticapitalista. Sua inclusão no currículo reforça não apenas o alinhamento com os princípios do projeto ético-político da profissão, mas também a relevância do Serviço Social enquanto campo acadêmico e profissional de resistência e transformação.

Percebe-se a existência de processos de disputa dos espaços curriculares e bibliografias, no campo teórico-político e no mercado editorial. Para auxiliar na apreensão dessas disputadas, Sueli Carneiro (2003) trabalha com o conceito de epistemicídio para abarcar a experiência colonial de apagamento e invisibilidade da intelectualidade de pessoas negras e indígenas, especialmente no contexto educacional. De acordo com a autora, o epistemicídio pode ser mais perverso que o genocídio pois refere à morte do pensamento, da cultura e da subjetividade de um povo, bem como a impossibilidade de pensar e teorizar. Tudo isso somado à pilhagem epistêmica, ou seja, à expropriação e exploração de saberes produzidos por grupos subalternizados sem o reconhecimento.

A escassa presença de autoras/es negras/os e indígenas na Bibliografia Básica/obrigatória do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB, 2011) pode ser compreendida a partir da perspectiva epistemicida, considerando a supressão de saberes produzidos por esses grupos. Essa realidade, comum no meio acadêmico, demanda uma transformação do PPC para potencializar uma produção de conhecimento mais plural e inclusiva.

Considerações Finais

A disciplina Gênero, Raça/Etnia e Política Social expressa uma proposta pedagógica alinhada à tradição da educação crítica e ao projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Sua linguagem combativa e seu compromisso com a desnaturalização das opressões apontam para uma universidade que resiste ao conservadorismo e reafirma

sua função social transformadora. Ela oferece uma base crítica indispensável para compreender como as opressões interseccionais estruturam as políticas sociais e o próprio Estado brasileiro. Ao articular autoras feministas e autores(as) negros(as), indígenas e LGBTQAPN+, se propõe a romper com o eurocentrismo acadêmico e se alinha à uma decisão política e pedagógica de resistência ao conservadorismo que cresce desde o golpe de 2016 e se intensifica com a ascensão do bolsonarismo.

Em um contexto de avanço neoconservador, os planos de ensino analisados são, por si só, um ato de resistência e de afirmação da vida. Revelam uma estrutura pedagógica robusta e teoricamente comprometida com a crítica das desigualdades sociais, a partir de marcadores interseccionais. Afirma-se que não há neutralidade no ensino e na construção das políticas sociais e que, portanto, é preciso tensionar os paradigmas que sustentam as desigualdades de gênero, raça e classe.

A ênfase na interseccionalidade na valorização de epistemologias subalternizadas, especialmente de mulheres negras, indígenas e pessoas trans, reafirma o compromisso político da profissão com a transformação social e sua imensa importância na formação contemporânea.

Observa-se que esta disciplina, apesar da potência e repercussão na formação crítica, antirracista e feminista, não integra como um componente curricular obrigatório. O curso de Serviço Social da Universidade de Brasília, representa uma referência e vanguarda para o Serviço Social brasileiro, e seria, portanto, um avanço tornar a disciplina Gênero, Raça/Etnia e Política Social obrigatória no Projeto Pedagógico do Curso.

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Relatório de Planejamento Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades*. 2015 Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/gtp-genero-relatorio-gtp-2015-ultima-versao-201808221711312603580.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2025.

_____. *Institucional, Quem Somos*. Disponível em: <https://abepss.org.br/quem-somos-2/>. 2024. Acesso em: 02 abr. 2025.

_____. *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ALMEIDA, Magali da Silva. *Mulher negra militante: trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da política de ação afirmativa na Universidade do Estado do Rio*

de Janeiro. 2011. 312 p. Tese de doutorado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ALVES, Ana Flávia Alves; CAIXETA, Daniel Edson; SILVA, Hadryel; Barbosa, Luana Maria; LIMA, Camila Nascimento; INEZ, Natália Pereira; OLIVEIRA, Priscila Andreja; SANTOS, Álvaro da Silva. A nuvem de palavras como ferramenta em ações de Educação Permanente em Saúde na Atenção Primária. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 18(2), e15452, 2025.

BRASIL. *Decreto nº 994*, de 15 de maio de 1962. Regulamenta a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social.

_____. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, 2004. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_etnicoraciais.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 17 de Junho de 2004. *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino e afro-brasileira e africana*. Diário Oficial da União. 22 Jun 2004.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 569, de 8 de Dezembro de 2017*. Sobre princípios gerais para as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação da área da saúde. Diário Oficial da União. 26 Fev 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Orgs.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Assistente Social no combate ao preconceito (Racismo)*. Brasília, 2016.

_____. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Brasília: CFESS, 1993.

_____. *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional*. Brasília: CFESS, 2022.

DEMIER, Felipe. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. R.Janeiro: Mauad, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.16 Brasília, abr. 2015, p. 193-210.

IAMAMOTO, Marilda.Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014

LEWGOY, Alzira Maria; MACIEL, Ana Lúcia. O projeto de formação em Serviço Social: análise da sua trajetória histórica no período de 1996 a 2016. *Temporalis*, ano 16, n. 32, jul./dez. Brasília, 2016.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Katálisis*, v. 13, n. 1, Florianópolis, jan. 2010, p. 66-75.

MARQUES JÚNIOR, Joilson Santana. *Questão Racial e Serviço Social: Um olhar sobre sua produção teórica antes e depois de Durban*. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Rio de Janeiro, FSS/UERJ, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial; 2020.

MORAES, Giselle. A Formação em Serviço Social e a Questão Étnico-Racial: Primeiras impressões sobre a formação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *X Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros “(Re)existência Intelectual Negra e Ancestral”*, 2018. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1530830043_ARQUIVO_Artigorelacoesraciaiservicosocial_GiselleMoraes_COPENE_vT.pdf. Acesso em 2 abr. 2025.

MOREIRA, Talles Willyan; CAPUTI, Leslieane. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os valores éticos políticos para a formação profissional em serviço social. *Temporalis*, ano 16, n. 32, jul./dez. Brasília, 2016.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao Método de Marx*. Teoria Social. 1ª edição. São Paulo: expressão popular, 2012

OLIVEIRA, Juliana Marta. Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais. *SER Social*, v. 19, n. 41, jul.-dez. Brasília, 2017, p. 385-397. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14945/13264. Acesso em 10 abr. 2025.

OLIVEIRA, Rayane Noronha. Serviço Social, gênero, raça e classe: do compromisso ético-político à produção científica. *Temporalis*, ano 23, n. 46, jul./dez. Brasília, 2023. p. 120-136. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/40509/29308>. Acesso em 10 abr. 2025.

RAMOS, Débora.Oliveira. *A Branquitude como uma estrutura e a Questão Social Negra no Brasil: a análise da produção científica do Serviço Social no ENPESS e CBAS*. Monografia (Bacharelado em Serviço Social). Universidade de Brasília, 2016.

SENNA, Mônica de Castro Maia; BURLANDY, Luciene. Análise documental como recurso metodológico na Pesquisa Qualitativa em Serviço Social. In: Moraes, CAS; Lima, NC. (Org.). *Pesquisa em Serviço Social: teoria, método e metodologias*. 1ed.São Paulo: Cortez, 2024, v. 1, p. 314-336.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Neofascismo, ultraneoliberalismo e corrosão da essencialidade da previdência social. In: *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre, v.20, n.1. p.1-16. Jan-dez.2021.

SOARES, Luana; NOVAES, Thaís F. Políticas públicas federais como controle da educação. In: *Universidade e Sociedade, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior*, Brasília, 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Departamento de Serviço Social. *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social* (turno diurno). Brasília: UnB, 2011. Disponível em:
http://www.ser.unb.br/images/Documentos/PPP_ServioSocial_UnB_curso_Diurno.pdf. Acesso em 15 mar. 2025.

Recebido em abril de 2025.

Aprovado em julho de 2025.